



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Dos Srs. Rogério Correia e Leonardo Monteiro)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as violações de direitos ocorridas em decorrência das atividades de operação da empresa Kinross na mina Morro do Ouro, localizada no município de Paracatu/MG.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados, realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com o objetivo de debater as violações de direitos ocorridas em decorrência das atividades da empresa Kinross na mina Morro do Ouro, localizada no município de Paracatu no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, solicitamos que sejam convidados para debater o tema:

1. Agência Nacional de Mineração (ANM), portando os relatórios de segurança das barragens da mina Morro do Ouro;
2. Representante da Kinross;
3. Câmara Municipal de Paracatu;
4. Ministério Público Federal;
5. Ministério Público Estadual de Minas Gerais;
6. Cáritas Regional de Minas Gerais;
7. Movimento dos Atingidos por Barragens;
8. Central das Associações de Bairros de Paracatu;
9. Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Paracatu;
10. Movimento Todos em Defesa da Vida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

JUSTIFICAÇÃO

A mina Morro do Ouro em Paracatu é a maior do país em volume e área de minério de ouro no país. Em 2013 as operações na referida mina representaram 19% do total da produção equivalente de ouro da Kinross, no Brasil a empresa é responsável por cerca de 25% da produção de ouro no país.

São diversas as denúncias de violações de direitos humanos em Paracatu em consequência das atividades da mineração. A expropriação e destruição de territórios quilombolas, criminalização dos garimpeiros artesanais, comprometimento das atividades produtivas tradicionais, impactos das explosões e ruídos sobre as condições das moradias, uso indiscriminado de água, destruição das nascentes, contaminação ambiental, riscos diversos a saúde da população, dentre tantas outras, além das denúncias sobre sonegação e renúncia fiscal.

Desta forma, consideramos urgente e necessária à realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados com o intuito de promover o devido debate a respeito dessa questão e contribuir com os encaminhamentos cabíveis aos trabalhos do Congresso Nacional.

Brasília, em de maio de 2019.

Deputado Rogério Correia

PT/MG

Deputado Leonardo Monteiro

PT/MG